

Jornal O DIA SP

Redfactor Factoring e Fomento Comercial S.A.

CNPJ nº 67.915.785/0001-01

Demonstrações Financeiras – Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em reais)

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e de 2022				Demonstrações das mutações do patrimônio líquido			
Ativo		Passivo e Patrimônio Líquido		Exercícios findos em 31/12/2023 e de 2022		Capital social integralizado	
Notas	31/12/2023	31/12/2022	Notas	31/12/2023	31/12/2022	Prejuízos acumulados	Resultado do exercício
Ativo							
Ativo circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	4	13.078.104	12.881.153	Saldo em 31 de dezembro de 2021	38.000.000	(8.871.243)	28.128.757
Títulos e valores mobiliários	4	157.617.252	150.796.014	Lucro líquido do exercício	—	2.735.634	2.735.634
Contas a receber	5	97.907.483	95.446.870	Absorção de prejuízos acumulados	—	(2.735.634)	—
Impostos a recuperar	—	6.637.380	2.665.806	Saldo em 31 de dezembro de 2022	38.000.000	(7.135.609)	30.864.391
Despesas antecipadas	—	360.130	288.439	Lucro líquido do exercício	—	236.185	236.185
Outros créditos	6	13.209.952	7.145.107	Absorção de prejuízos acumulados	—	(236.185)	—
Total do ativo circulante	288.810.301	289.223.389	289.223.389	Saldo em 31 de dezembro de 2023	38.000.000	(6.899.424)	31.100.576
Ativo não circulante							
Realizável a longo prazo	14	6.199	4.670	Demonstrações dos fluxos de caixa			
Partes relacionadas	7	2.218.982	2.131.170	Exercícios findos em 31/12/2023 e de 2022			
Outros ativos não circulante	—	2.225.181	2.135.940	Das atividades operacionais			
				Lucro líquido do exercício			
Direitos de uso em arrendamentos	8.1	5.925.805	2.696.408	236.185			
Imobilizado	8	3.382.313	1.802.855	2.735.634			
Intangível	—	418.507	577.603	—			
Total do ativo não circulante	11.951.806	7.212.786	7.212.786	2.971.819			
Total do ativo	300.762.107	296.436.175	296.436.175				
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras							
Exercícios Findos em 31/12/2023 e de 2022 (Valores expressos em reais)							
1. Contexto operacional: A Redfactor Factoring e Fomento Comercial S.A. (Companhia) tem como objetivo social, a aquisição de direitos de pessoas jurídicas, resultantes de vendas de seus ativos ou prestação de serviços, podendo para tanto, efetuar contratos com a cláusula "Del Credere" e/ou operações denominadas "Factoring" ou Fomento Comercial, inclusive nos negócios internacionais de importação e exportação, podendo também, ceder referidos direitos a terceiros, bem como prestar serviços de acompanhamento comercial e de contas a receber, levantar situações creditícias, efetuar cobranças de títulos, prestar assessoria administrativa e financeira e, assim, exercer qualquer atividade correlata ligada às principais, exceto aquelas que dependem de autorização prevista pelo Banco Central do Brasil. 2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais: 2.1. Autorização: As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia em 07/06/2024. 2.2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contábeis da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, alteradas pela Lei nº 11.638/07 e 11.941/09, nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelos órgãos reguladores. As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise de risco de crédito para determinação da provisão para débitos duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outros provisões, inclusive para ilíquidos e riscos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em prazo não superior a um ano. 3. Principais políticas contábeis materiais: a) Aprovação do resultado: O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. b) Caixa e equivalentes de caixa: Os caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera os equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. c) Contas a receber: As contas a receber de clientes são provenientes das operações de Factoring e Fomento Mercantil, e estão avaliadas no momento inicial pelo seu valor justo e posteriormente reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros. Quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais e sua realização é considerado como suficiente para cobrir eventuais perdas na montante das contas a receber, é constituída provisão ou baixa em montantes considerados suficientes para cobrir a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. d) Imobilizado: Está demonstrado pelo seu custo histórico, que contempla todos os gastos necessários incorridos na aquisição dos bens. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas descritas na Nota Explicativa nº 8. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhuma vantagem econômica futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da venda do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. e) Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment): A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos e o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido do ativo recuperável. f) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes): Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São aceites, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. g) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido: Corrente: Constituída a alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240. A provisão para contribuição sobre o lucro líquido foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. Diferido: Constituída considerando as diferenças temporárias. h) Estimativas contábeis: Na preparação das demonstrações financeiras são adotadas premissas para o reconhecimento das estimativas para registro de certos ativos, passivos e outras operações como: provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e depreciação do ativo imobilizado. Os resultados a serem apurados quando da concretização dos fatos que resultaram no reconhecimento destas estimativas, poderão ser diferentes dos valores reconhecidos nas presentes demonstrações. i) Ativos e passivos contingentes: As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: • Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa. • Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados. j) Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: (i) Custo amortizado; (ii) Valor justo por meio do resultado; (iii) Valor justo por meio do resultado abrangente. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. k) Lucro básico e diluído por ação: O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações em circulação no respectivo período considerando ajustes de desdobramento ocorridos no período ou no evento subsequente capturado na preparação das demonstrações financeiras. A Companhia não possui operações que influenciam no cálculo do lucro diluído, portanto o lucro diluído por ação é igual ao valor do lucro básico por ação. 4. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários							

Caixa e equivalentes de caixa		31/12/2023	31/12/2022
Caixa	20.598	25.717	
Bancos	10.127.382	549.870	
Aplicações financeiras (a)	2.939.974	12.305.569	
Total de Caixa e equivalentes de caixa	13.078.104	12.881.153	
Títulos valores mobiliários			
FIDC Distressed NP	157.617.252	150.796.014	
Total dos títulos valores mobiliários (b)	157.617.252	150.796.014	
Total de Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	170.695.356	163.677.167	

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários		31/12/2023	31/12/2022
Múto - pessoa física (acionistas)	—	44.272.916	—
Múto - Redefort Comercial	—	—	42.626.463
Exportadora e Importadora Ltda.	296.837	—	295.308
(-) Provisão	(290.638)	—	(290.638)
Total	6.199	44.272.916	42.626.463

Os contratos de múto existentes em 31/12/2023 possuem as seguintes características: • Acionistas (Passivo) Remunerados pelo CDI + 3% a.a.; • Múto - Redefort Comercial Exportadora e Importadora Ltda. Remunerados a 1% a.m., com vencimento em 01/12/2024.

Exercícios findos em 31/12/2023 e de 2022		31/12/2023	31/12/2022
15. Imposto de renda e contribuição social:			
Descrição	31/12/2023	31/12/2022	
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	292.405	3.604.541	
Adições: Despesas com brindes	31.801	38.202	
Provisões para contingências	—	108.968	
Arrendamentos IFRS 16	2.170.246	1.844.521	
Outras adições	10.433	—	
Total das adições	2.212.480	1.991.691	
Exclusões:			
Despesas com aluguel IFRS 16	(2.170.246)	(1.844.521)	
Total das exclusões	(2.170.246)	(1.844.521)	
Base antes da compensação	334.639	3.751.711	
(-) Compensação do prejuízo fiscal	—	—	
e base de cálculo negativa	(100.391)	(1.125.513)	
Base de IR e CS	234.248	2.626.198	
Total - IR e contribuição social líquido dos incentivos fiscais (Corrente)	(56.220)	(868.907)	
16. Receita operacional líquida:	31/12/2023	31/12/2022	
Receitas de prestação de serviços	51.206.864	39.151.602	
Receitas com operações de factoring	11.222.629	11.409.979	
Receitas com intermediação	9.155.115	10.767.138	
Receitas com recuperação de taxas	215.571	238.343	
Cancelamento de receita	(1.000.000)	—	
de prestação de serviço	(2.734.127)	(6.085.045)	
(-) Impostos Incidentes	84.066.182	56.481.717	
17. Custo de serviços prestados:	31/12/2023	31/12/2022	
Descrição	31/12/2023	31/12/2022	
Juros passivos	(7.039.388)	(6.536.959)	
Despesas bancárias	(4.920.456)	(4.421.539)	
Despesas com captação	(639.293)	(1.594.441)	
Total	(12.599.679)	(11.762.139)	
18. Despesas administrativas, comerciais e gerais:	31/12/2023	31/12/2022	
Descrição	31/12/2023	31/12/2022	
Serviços de terceiros	(75.927.871)	(60.773.849)	
Despesas com pessoal	(20.858.148)	(23.299.218)	
Amortização arrendamento	(1.742.919)	(1.361.656)	
Taxas e custas	(5.781.535)	(1.647.897)	
Condôminos	(2.679.726)	(2.073.819)	
Depreciação e amortização	(814.298)	(679.785)	
Infração	(590.231)	(716.245)	
Outras despesas	(4.078.288)	(3.505.202)	
Total	(122.459.708)	(94.157.681)	
19. Recuperação/ perdas pela não recuperabilidade de ativos:	31/12/2023	31/12/2022	
Devedores duvidosos	(2.367.597)	(3.997.706)	
Recuperação de duvidosos	2.599.470	1.594.455	
Total	191.873	(1.403.251)	
20. Outras receitas operacionais:	31/12/2023	31/12/2022	
Descrição	31/12/2023	31/12/2022	
Recuperação tarifas diversas	7.360.232	5.176.975	
Recuperação custos cartórios	2.938.028	2.738.412	
Receita diversas fomento	361.134	434.405	
Outras receitas operacionais	1.751.373	177.223	
Total	12.330.777	9.057.015	
21. Outras despesas operacionais:	31/12/2023	31/12/2022	
Impostos e taxas diversos	(262.446)	(253.875)	
Outras despesas operacionais	—	(108.568)	
Parcelamento	(383.463)	—	
Total	(645.909)	(362.843)	
22. Receitas financeiras:	31/12/2023	31/12/2022	
Múto e Mora	40.364.477	34.432.910	
Rendimentos s/ aplicações	21.734.764	15.645.970	
(-) FMS/ COFINS	(692.718)	425.889	
(-) Provisão	(218.912)	(2.291.263)	
Total	59.853.047	48.243.006	
23. Despesas financeiras:	31/12/2023	31/12/2022	
Múto Compensatárias	(427.427)	(8.419)	
Encargos financeiros arrendamento	(442.427)	(482.864)	
Juros Parcelamento	(8.837)	—	
Total	(444.098)	(491.283)	
24. Provisão para demandas judiciais: A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a riscos e contingências decorrentes de processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível e/ou outras. De acordo com os assessores jurídicos, a Companhia possui processos de natureza cível com risco de perda avaliado juridicamente como provável no montante de R\$ 108.968 (R\$ 108.968 em 2022). Os depósitos judiciais, em sua maioria relacionados com questões cíveis, montam em R\$ 218.982 (R\$ 211.110 em 2022). As contas a receber, em sua maioria, são consideradas como de risco possível, montando aproximadamente R\$ 152.218 (R\$ 1.882.821 em 2022). 25. Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros ativamente utilizados pela Companhia estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras em fundos de investimentos em direitos creditórios, contas a receber, captações de empréstimos para o capital de giro, debêntures a pagar e transações com partes relacionadas, todos realizados em condições usuais de mercado, estando reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras considerando os critérios descritos na Nota 2. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais visando à liquidez, rentabilidade e minimização de riscos. Valorização dos instrumentos financeiros: Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31/12/2023, bem como os critérios para sua valorização, são descritos a seguir: • Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4): Os saldos mantidos em contas correntes bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata possuem valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. • Contas a receber (Nota 5): As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. • Partes relacionadas (Nota 14): São adotados valores similares aos de mercado. 26. Gerenciamento de riscos: Administração da Companhia adota uma política conservadora no gerenciamento de seus riscos. Essa política materializa-se pela adoção de procedimentos que envolvem todas as suas áreas críticas: gerenciamento de riscos de crédito, gerenciamento de risco real e risco de mercado. Os ativos componentes da carteira da Companhia estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo, ainda, responder a notícias específicas a respeito dos emissores dos títulos representativos dos ativos da Companhia. As variações de preços dos ativos poderão ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive, ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos ativos sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional. Logo, não há garantia de que as taxas de juros vigentes no mercado se mantenham estáveis. Além disso, dependendo do comportamento que as taxas de juros venham a ter, os ativos integrantes da carteira da Companhia poderão sofrer oscilações de preços. • Risco de crédito: A carteira da Companhia possui direitos creditórios e outros títulos que estão sujeitos ao risco de crédito e/ou não pagamento por seus emissores, devedores e/o obrigados. Para minimizar esse risco a Companhia opera com empresas de médio e grande porte, além de submeter a rigorosa análise de crédito, abrangendo, entre outros aspectos, a análise histórica da pontualidade na solvência de suas obrigações. • Risco de liquidez: considerado pela capacidade de a Companhia gerenciar os prazos de recebimento de seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. Esse risco é eliminado pela compatibilidade de prazos e fluxos de liquidação da carteira e lastros adossados. 27. Cobertura de seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. Consideramos que temos um programa de gerenciamento de riscos baseado no mercado coberturas compatíveis com o nosso porte e operações. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes. 28. Eventos subsequentes: Não ocorreram eventos subsequentes após a data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.			

Contadora
Ana Rosa Esteves - CRC: ISP216644/0-8

Diretoria
Diretor Presidente: Claudio Andre Halaban

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras
Aos Administradores e Acionistas da Redfactor Factoring e Fomento Comercial S.A. São Paulo - SP
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Redfactor Factoring e Fomento Comercial S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023, e suas respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31/12/2023, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Redfactor Factoring e Fomento Comercial S.A. em 31/12/2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo em 31/12/2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelo controle interno que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as distorções relevantes e as distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contabilidade, documentação ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 07 de junho de 2024.
Baker Tilly e **Partners Auditores Independentes Ltda.**
CRC: 25P-031.269/0-1

Fábio Rodrigo Maral - CRC: ISP-218.277/0-0
Leonardo Boiani Antoniazzi - CRC: ISP-255.559/0-5

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/3D39-3FC4-EBC6-9ED4> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 3D39-3FC4-EBC6-9ED4



Hash do Documento

09AAD7256A9F4355ADA526585007C59DD1B04A8B4DEDECFAECB85E32638C9E06

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 12/06/2024 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 12/06/2024 00:01 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

